

Cinquentenário do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima: Onde o Salvaguardar Vidas Encontra Guarida no Extremo Norte do Brasil

*Fiftieth Anniversary of the Military Fire Department of Roraima: Where
Safeguarding Lives Finds Shelter in the Far North of Brazil*

Heldeliano Soares Arrais¹

RESUMO

O artigo insere-se no contexto da valorização e preservação do patrimônio histórico-cultural do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR), destacando sua trajetória desde a origem vinculada à Guarda Territorial (GT/1943), até a atual estrutura emancipatória. Tem como objetivo resgatar, por meio de uma abordagem dialógica entre memória, identidade e patrimônio, a historicidade da corporação mais setentrional do país. A metodologia adotada baseou-se em pesquisa qualitativa, de natureza documental, com viés exploratório e descritivo, utilizando fontes oficiais, registros jornalísticos, depoimentos e legislação pertinente. Os resultados revelam que as atividades de bombeiros avocam uma trajetória que se recriada em espaços, tempos e lugares distintos, com indícios de atuação embrionária a partir de 1975, como elemento de execução da Polícia Militar do Ex-Território Federal de Roraima, com o desenvolvimento de missões voltadas à proteção da vida e bens, combate a incêndios e salvamento. A conclusão evidencia que o CBMRR consolidou sua identidade e cultura organizacional por meio de práticas históricas e simbólicas, reforçando o pertencimento social e a importância de sua preservação como patrimônio cultural. Recomenda-

¹ Oficial do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima no posto de Major Combatente (MAJ QOCBM). Atua como docente/instrutor nas ações formativas dos agentes de segurança pública e defesa social do CBMRR (Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Habilitação), nas disciplinas de Comunicação e Oratória, Documentação Técnica, Redação Oficial, Identidade e Cultura Organizacional Bombeiro Militar, História Bombeiro Militar, Relacionamento Interpessoal, Atendimento a Pessoa com Deficiência (APcD) e Operacionalização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR/2007), também é graduado na modalidade Bacharelado em Segurança Pública e Defesa Social pela Universidade Estadual de Roraima (UERR/CFO BM/2015), possui curso de aperfeiçoamento de oficiais em Gestão Pública e Segurança Contra Incêndio e Pânico do CBMRR (CAO BM/2021), promovido pela Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago (APICS), além de ser Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima (UFRR/2022) e instrutor/colaborador nos cursos ofertados pela Escola de Governo do Estado de Roraima.

se o fortalecimento das políticas públicas voltadas à valorização de acervos memoriais e à continuidade dos registros históricos. O estudo apresenta como ponto positivo o resgate detalhado e inédito de dados históricos; como desafio, a necessidade de salvaguardar o acervo constituído e proporcionar o processo de registro e reconhecimento do patrimônio material e imaterial do CBMRR.

Palavras-chave: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima; identidade institucional; cultura organizacional; memória coletiva, patrimônio histórico.

ABSTRACT

The article is inserted in the context of the appreciation and preservation of the historical and cultural heritage of the Military Fire Department of Roraima (CBMRR), highlighting its trajectory from its origin linked to the Territorial Guard (GT/1943) to the current emancipatory structure. It aims to rescue, through a dialogical approach between memory, identity, and heritage, the historicity of the northernmost corporation in the country. The methodology adopted was based on qualitative research, of a documentary nature, with an exploratory and descriptive bias, using official sources, journalistic records, testimonies, and pertinent legislation. The results reveal that firefighting activities evoke a trajectory that is recreated in different spaces, times, and places, with evidence of embryonic action since 1975, as an execution element of the Military Police of the former Federal Territory of Roraima, with the development of missions aimed at the protection of life and property, firefighting, and rescue. The conclusion shows that the CBMRR consolidated its identity and organizational culture through historical and symbolic practices, reinforcing social belonging and the importance of its preservation as cultural heritage. It is recommended to strengthen public policies aimed at valuing memorial collections and ensuring the continuity of historical records. The study presents as a positive point the detailed and unprecedented recovery of historical data; as a challenge, the need to safeguard the existing collection and to promote the process of registration and recognition of the material and immaterial heritage of the CBMRR.

Keywords: Military Fire Department of Roraima; institutional identity; organizational culture; collective memory; historical heritage.

1 INTRODUÇÃO

Antes da criação dos Corpos de Bombeiros Militares, há registros nas crônicas da cidade colonial do Rio de Janeiro de que o serviço de

extinção de incêndios já existia e era realizado por seções dos Arsenais de Guerra da Marinha da Casa de Correção e da Repartição de Obras Públicas da Corte, no Brasil Império, já nos idos de 1700/1800².

Com um passado reinscrito no tempo, por meio dos registros históricos, o que nos interessa elucidar é a origem das atividades dos bombeiros militares em Roraima, que, através dos recursos da memória, demonstram uma trajetória que se recriada em espaços, tempos e lugares diferentes, com indícios de atuação eventualmente exercida como elementos de execução da Polícia Militar do Ex-Território Federal de Roraima desde 1975. E que no presente artigo, traçamos um arcabouço teórico-referencial que evidenciam o acervo constituído e testemunhal dos 50 anos de criação do CBMRR, tendo como escopo, documentar a preservação dos saberes tradicionais e manter vivo na memória de seus integrantes a origem do “salvaguardar vidas”, com um resgate histórico e identitário dos bombeiros militares mais setentrional do Brasil, que completa cinquenta anos em 2025.

As noções teóricas utilizadas transitam pelos indicadores do que seriam patrimônio, memória e identidade, numa tentativa de repensar as ações do passado em comemoração ao cinquentenário da Corporação. Essa relação dialógica tem origem nas rememorações, a partir da criação da Divisão de Segurança e Guarda (DSG/1944)³, do Ex-Território Federal de Roraima, que estabeleceram um marco embrionário do que hoje podemos traduzir dos serviços de Segurança Pública prestado pelo Estado de Roraima.

Adotaremos para essa finalidade as contribuições que fundamentam teoricamente as relações entre a memória coletiva, identidade e o patrimônio como reconhecimento do que se entende por cultura organizacional, tomando por base Le Goff, 1990; Candau, 2011; Abreu, 2009, dentre outros autores.

² A força policial da Corte intervinha tentando impor alguma ordem, mas, sem o devido preparo para atuar nessas situações, pouco contribuía. Nessa época, os incêndios ocorriam com certa frequência, sendo o crescimento da própria cidade onde as edificações construídas de madeira predominavam uma das causas apontadas para tal ocorrência. Até meados do século XIX, os incêndios, registrou a crônica contemporânea, eram verdadeiros pandemônios onde todas as autoridades mandavam, mas ninguém obedecia (Fazenda, 2011, p. 297).

³ Após a assunção do governador Ene Garcez no Território de Roraima, o Presidente Getúlio Vargas, assinou o Decreto Federal nº 002/44, em 26 de novembro de 1944, instituindo a GT/1943, subordinada à DSG/1944, que durante seus 31 anos de atuação na função de proteger foi extinta em 26 de novembro de 1975, que também estabeleceu a criação da Polícia Militar de Roraima enquanto o único órgão de segurança pública no Estado. (Revista Forte São Joaquim. 2^a Ed. 2025, p.5).

Diante disso, a delimitação do tema fixou-se em uma pesquisa exploratória que nos possibilitou verificar a partir de uma miríade de fontes documentais e a relação dialógica dos indicadores conceituais na definição do tema “Cinquentenário do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima: Onde o salvaguardar vidas encontra guarida no extremo norte do Brasil”. Nela se reúne uma documentação diversa, como escopo documental que possibilite pensar os discursos hegemônicos alcançados para estrategicamente, produzir uma fonte de pesquisa histórica sobre sua identidade e cultura organizacional, conforme destaca Candaú (2011), ao conceituar identidade:

[...] uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*, em oposição às “concepções ‘objetivistas’, ‘reificadoras’, ‘primordialistas’, ‘substancialistas’, ‘essencialistas’, ‘originárias’, ‘fixistas’ etc. de identidade [...]” (Candaú, 2011, p.09).

Por essa compreensão, os objetivos propostos têm a ver com a sua invenção discursiva sobre a origem do CBMRR e como essa compreensão nos possibilita, primeiro, analisar de que maneira os fatos históricos referente aos quadros de memórias e identidade, explicam o sentimento de pertencimento e, segundo, perceber a ordenação dos discursos que constituem, pelas fontes coletadas, a imagem da corporação:

[...], a imagem é sempre uma construção, uma interpretação, uma recriação do real. Ela traduz uma experiência do vivido e uma sensibilidade, vivenciada por aquele que produz ou corresponde a algum gosto, a um sentimento, a uma lógica e a um valor em uma época, captado e interpretado por aquele que construiu essa imagem. (Pesavento, 2008, p. 103-104).

Frente a estes apontamentos, quanto aos resultados, pretende-se apontar os principais agrupamentos das representações identitárias e sua relação com a cultura organizacional que possibilitem promover o processo de registro e inventário, aos quais são atribuídos sentidos e valores que constituem referências sobre a origem das atividades dos bombeiros em Roraima.

2 METODOLOGIA

Considerando que os seres humanos se relacionam com o mundo a partir de esquemas e sistemas simbólicos que podem ser verificados cientificamente, desde que com método adequado, buscamos, portanto, cotejar questões e escolhas guiadas pela perspectiva da pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2004), apresenta um viés propositivo a partir do objeto da pesquisa, visto que se refere a uma abordagem do tipo procedural documental e representa uma proposta probabilístico-dedutiva, que, segundo os autores Correa e Júnior (2005), agrega o benefício da aleatoriedade. Dessa maneira, o artigo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica com revisão da literatura que abarca as teorias fundamentais que norteiam um trabalho científico, pois através do caráter exploratório e investigativo da pesquisa bibliográfica é possível realizar a busca do conhecimento, que é a base essencial para qualquer pesquisa científica (Pizzan *et al.*, 2012).

Nesta senda, o caráter exploratório é demonstrado na busca que o artigo teve em aprofundar o conhecimento sobre problema pouco investigado, qual seja, o cinquentenário da origem de Salvaguardar Vidas pelo CBMRR. Já o seu caráter descriptivo encontra amparo em, à luz da historicidade institucional, caracterizar pelo estudo da preservação do patrimônio material e imaterial do CBMRR, enquanto espaço organizacional analisado (Gil, 2002).

3 RESULTADO: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

A influência do fenômeno comunicacional nos mais diversos contextos sociais foi dinamizada nos últimos anos como fontes de pesquisa, e para além das representações da memória, da identidade e da cultura organizacional do CBMRR, é necessário imergir na historicidade dos serviços de segurança pública realizados nos primórdios do espaço geográfico que deram origem ao Estado de Roraima e que possibilitem reverberar sua origem identitária ao longo de 50 anos.

Portanto, conforme demonstrado nos resultados que adiante se seguem, o transcurso do tempo e as reconfigurações urbanas decorrentes do crescimento da cidade e “o poder de polícia” traduzidos pelas ações da então GT/1943, influenciaram diretamente na consolidação do único órgão de segurança pública daquela época (tendo sua origem advinda

do Brasil Colônia, entre 1775/1778, quando fora edificado nesta região o Forte São Joaquim)⁴, que por mais de 200 anos mantiveram-se na função de proteger as incursões no Vale do Rio Branco, sendo desativado em 1900 e que propiciou o surgimento do então Território Federal de Roraima, em 13 de setembro 1943, posteriormente retificado e desmembrado do município de Moura, à época pertencente ao estado do Amazonas, pelo Decreto nº 5.839 do mesmo ano⁵.

3.1 A Guarda Territorial e a Função de Salvaguardar Vidas

É mister destacar que não existem registros, na literatura pesquisada, que definam com precisão as ações inerentes às atividades de bombeiros daquela época, no entanto e considerando a função da GT/1943 em manter a ordem pública dentro do território e, após confeccionado o *“Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco (1943)”*, documento que contém as diretrizes de atuação no Território (Cavalcanti, 1949; Macedo, 2004), que impulsionou o desenvolvimento e formação da urbe, e corroborou para que o mesmo ordenamento jurídico que extinguiu a GT/1943, após 31 anos de atuação no Território, também é o mesmo que criou a Polícia Militar de Roraima (PMRR).

Partindo dos pressupostos apresentados, tem-se que as atividades de “bombeiro militar” eram executadas pela Polícia Militar do Ex-Território Federal de Roraima, que tinha como missão precípua a preservação da ordem pública, materializada por significativos contextos históricos de proteção, segurança e guarda, além das atividades de bombeiros, conforme definido no inciso IV do art. 2º da Lei nº 6.270, de 26 de novembro de 1975:

⁴ O Forte de São Joaquim, está situado na margem esquerda do rio Branco, a cerca de 32 km ao norte da capital Boa Vista/RR. Atualmente é um marco histórico e um importante sítio arqueológico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/2023). Construído em 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutú, onde nasce o rio Branco, o forte tinha como objetivo garantir a posse da região para Portugal, que era ameaçada por incursões estrangeiras (Coluna Minha Rua Fala - Jornal Folha BV Web, de 15/12/2023, disponível em <https://www.folhabv.com.br/colunas/forte-de-sao-joaquim-do-rio-branco/>).

⁵ Ao Território Federal do Rio Branco foi transferido o município de Boa Vista, acrescido de parte do município de Moura, no estado do Amazonas. Por força do mesmo decreto-lei supracitado, a cidade de Boa Vista foi elevada à categoria de capital e posteriormente Território Federal de Roraima. (Dissertação de mestrado em Comunicação/UFRR/2022. ARRAIS, H. S.: O Monumento ao Garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista).

IV - Realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios, simultaneamente com os de proteção e salvamento de vidas e materiais no local do sinistro, bem como os de busca e salvamento, prestando socorro em casos de afogamentos, inundações, desabamentos, acidentes em geral, catástrofes e calamidades públicas. (Brasil, 1975).

(Grifos nossos).

Para dar conta desta situação, os aspectos do passado e suas abordagens no presente, propostas por Le Goff (1990) em “História e Memória”, no que tange às modificações da cidade, partem de um viés onde a memória justifica a identidade. Já o antropólogo francês Candau (2011), refuta a noção de que uma exista independente da outra, bem como, considera impossível existir lembrança sem esquecimento, visto que a memória permite a criação da noção de duração e esta, por sua vez, permite entender questões como continuidade ou ruptura.

Partindo dessa perspectiva, este autor reforça a ideia da indissociabilidade entre memória e identidade ao destacar que “não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (Candau, 2011, p.19).

Por esse viés, a memória é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade, convergindo, assim, nas definições apresentadas por Abreu (2009) em “Memória e Património”, onde a autora destaca que essa acepção ampla de patrimônio, comprehende as manifestações que representam sistemas culturais preservados nas instituições da memória, tais como os bens materiais e imateriais, em que a noção de diversidade cultural tende a se tornar identitárias pela construção de heterogeneidades e possibilitando emergir também o conceito de humanidade:

O patrimônio nacional, além de constituir uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território nacional, estaria também referindo ao que de melhor a humanidade produziu. (Abreu, 2009. p. 32).

Face ao cinquentenário da corporação, temos que a importância da preservação da memória coletiva e identitária do CBMRR, é

a forma de se chegar até sua origem, extraindo o que há de mais remoto, porém vivo, dos flagrantes do passado, capazes de contribuir para novas maneiras de perceber o tempo não apenas como uma simples contemplação nostálgica, e sim, como um resgate histórico e identitário da corporação, cuja contribuição, inclusive, pode possibilitar a preservação dos saberes tradicionais sobre a criação do Estado de Roraima.

3.2 Os Fragmentos Identitários Oriundos da Estrutura Orgânica da PMRR⁶

A cultura organizacional é caracterizada pelas práticas que definem a forma como a instituição opera e se relaciona com os cidadãos, conforme preceitua a Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012, a saber, o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima, em consonância com as disposições do § 1º, art. 42, e inciso X, § 3º, do art. 142, ambos da CF/88, c/c inciso XVII, do art. 13, e artigos 28 e 29, da Constituição Estadual. Já a identidade institucional pode aqui ser traduzida pela forma como o CBMRR se apresenta para a sociedade, que identifica-se por suas diretrizes, organização administrativa e operacional, além de sua trajetória história e reputação perante a comunidade.

A identidade nesse enfoque é entendida enquanto “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, e a memória nessa perspectiva é tida aqui mais como “um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (Candau, 2011, p. 9).

Nesse diapasão, Roraima por estar situado ao extremo norte do país e sua capital Boa Vista localizada acima da Linha do Equador, é considerada a unidade federativa mais setentrional do Brasil. Limitando-se ao norte e noroeste com a Venezuela, a leste com a Guiana Inglesa, a sudeste com o Estado do Pará e ao sul e oeste com o Estado do Amazonas. Ocupa uma área de 223.505,385 mil km², sendo que

⁶ Escopo documental sobre o efetivo de bombeiros orgânicos adaptado do histórico do CBMRR, disponível em: <https://cbm.rr.gov.br/portal/sobreocbmrr.php>

aproximadamente 104.018 km² são áreas indígenas, representando quase metade do território da unidade (46,37%).

Considerando a trajetória identitária e sua posterior regulamentação por meio do Decreto nº. 79.108, de 11 de janeiro de 1977, que criou as Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, destaca-se a década de 70, quando Boa Vista tinha uma população estimada em 40 mil habitantes e os acidentes com veículos, afogamentos e incêndios passaram a ocorrer com mais frequência. Em virtude dos constantes relatos nos jornais e apelos da população, o comandante da PMRR à época, coronel Paulo de Tarso, decidiu implantar o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Roraima (CBPMRR), que passara a operar de forma incipiente por meio de um Grupamento de Incêndio (GI).

Tabela 1 – Estimativa da Evolução Populacional em Roraima - 1950 a 2023.

Habitantes	Censo populacional em Roraima – Estimativa por ano							
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2023
Capital	5.132	10.002	16.727	40.619	122.600	171.361	284.313	413.486
Interior	12.115	14.124	19.737	22.975	94.983	101.799	166.166	223.221
Total	17.247	24.126	36.464	63.619	217.583	273.160	450.479	636.707

Fonte: IBGE (Anuário estatístico 1979 – 2021). Elaborado: Major QOCBM Helderiano Soares Arrais.

Como menciona Abreu (2009), ao destacarmos essa relação identitária com os registros da época, esse testemunho revela lembranças de uma trajetória cuja consciência coletiva tem papel importante no conhecimento e na compreensão dos condicionantes históricos que incidem na reconstrução muitas vezes rápida do meio físico e cultural da urbe, e consequentemente na expansão do atendimento do CPBMRR, conforme destaca a autora:

Preservar a memória de fatos, pessoas ou ideias, por meio de constructos que as comemoram, narram ou representam, é uma prática que diz respeito a todas as sociedades humanas. E pode-se dizer, é universal e cultural essa função memorial que está por trás da noção de monumento em seu sentido original. O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a “preservar a identidade”, de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar (Abreu, 2009. p. 32).

A exemplo da expansão urbana e do crescimento populacional, temos como referência a inauguração do Aeroporto Internacional de Boa Vista, Atlas Brasil Cantanhede, em 19 de fevereiro de 1973, localizado a aproximadamente 3,5 km do centro da capital roraimense, onde o terminal possuía inicialmente uma estrutura simples, com pista de 1.600 metros de comprimento por 30 metros de largura, voltada para atender um fluxo modesto de passageiros e cargas, em decorrência da proibição definitiva da atividade de garimpo nas serras roraimenses⁷.

Em 1974, a administração do aeroporto foi assumida pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), fato que, posteriormente, fomentou a celebração do 1º Termo de Convênio entre a Infraero e o CBPMRR, e mais recentemente (2022), após sua privatização, passou a aplicar as normas da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), além de ser operado pela empresa Francesa *Vinci Airports*, que além do serviço de salvamento e combate a incêndios, passou a exigir de forma fixa nas dependências do aeroporto o atendimento pré-hospitalar em atenção às exigências de operações da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC).

Também é salutar destacar que em decorrência do crescimento populacional e o desenvolvimento da capital Boa Vista, o então governador Fernando Ramos Pereira assinou o Decreto nº 13, de 04 de setembro de 1978, que atribuiu ao CBPMRR a competência para a realização de perícia em locais de incêndio e explosões no âmbito do Território Federal de Roraima.

É proondo essa imersão no tempo passado à intenção de ilustrar que as identidades se tornam múltiplas na constituição patrimonial e representativa da corporação. Sobremaneira, considerando que essa

⁷ Em 1991, por decreto do então presidente Fernando Collor de Mello, o garimpo foi proibido nas serras de Roraima, é valido destacar ainda, que em cumprimento ao determinado pela CF/88, a Carta Magna faz referência tanto às áreas indígenas quanto ao exercício da garimpagem em seu Art. 20 e Art. 21, que trazem: Art. 20, dentre os bens da União estão incluídos os recursos minerais - inclusive os do subsolo e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Já no Art. 21, a Constituição determina que, dentre outras, compete à União estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa (Dissertação de mestrado em Comunicação/UFRR/2022, de ARRRAIS, H. S.: O Monumento ao Garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista).

abordagem dialógica dos indicadores nos permite contextualizar a história de forma não linear, de modo que as estruturas narrativas e os fragmentos testemunhais aqui apresentados podem ser percebidos de forma cíclica e seus significados frequentemente transformados pelos indivíduos, enquanto agentes de sociabilidade.

Têm-se como nuances, durante os primeiros anos do CBPMRR, que as trocas de comandantes eram constantes, tendo em vista o efetivo reduzido e que os oficiais que faziam parte do GI acabavam se revezando no comando, na maioria das vezes, apenas como forma de substituir um ao outro durante os afastamentos temporários para cursos e períodos de férias regulamentares.

Nesse percurso, o coronel Carlos Alberto Santos de Souza, além de ter sido o primeiro comandante da instituição, também foi o que por mais vezes assumiu a função, 7 vezes no período de 1976 a 1993. Dentro os nomes de alguns oficiais no processo de desenvolvimento da Corporação, tem-se a destacar o nome do coronel Arnóbio Venício Lima Bessa, que foi o primeiro oficial a época formado originariamente em academia bombeiro militar fora de Roraima.

Nessa mesma perspectiva, considerando os bombeiros enquanto agentes de segurança pública e defesa social, destacamos as atividades de salvamento como o vetor embrionário do que posteriormente viria alicerçar a consolidação da Companhia de Busca e Salvamento (CBS), que em seus primeiros anos possuía uma atuação incipiente e com um grupo reduzido de militares. Os registros da época datam como primeiros chefes e precursores da Seção de Busca e Salvamento do CBPMRR os 3º Sargentos Arnóbio Venício Lima Bessa e João Almeida de Queiroz.

Estima-se que entre os anos de 1986 e 1988 foi realizado em Boa Vista o primeiro treinamento com militares do Grupamento de Incêndio para a implantação do Núcleo de Resgate de Acidentados, órgão que posteriormente viria ser a atual Companhia de Emergência Pré-Hospitalar (CEPH). Após a formação da primeira turma, as guarnições de combate a incêndio e de busca e salvamento passaram a tirar serviço na prontidão com macacões azul (combate a incêndio) e laranja (busca e salvamento).

Os relatos da época também avocam para o ano de 1990, quando o Ministério da Saúde criou o Programa de Enfrentamento às Emergências e Traumas, cujo objetivo era a redução da incidência e da

morbimortalidade por causas externas, por meio de intervenção nos níveis de Prevenção, Atendimento Pré-Hospitalar (APH), Atendimento Hospitalar e Reabilitação. E que à época, o projeto foi delegado aos Corpos de Bombeiros de todo o Brasil, tornando-se responsáveis pelo atendimento às emergências e traumas no âmbito público. No ano seguinte (1991), foi realizado o primeiro curso interno de APH em Roraima e o serviço de resgate passou a ser efetivamente prestado à população a partir de 25 de agosto de 1997, quando houve a aquisição do primeiro Resgate Urbano a Acidentados (RUA-01), fato que inaugurou o serviço de atendimento pré-hospitalar de forma definitiva na Capital Boa Vista.

Até fevereiro de 2009, apenas as Unidades de Resgate do Corpo de Bombeiros atuavam em todo o território. Com a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e da Central de Regulação das Urgências, mediante acionamento pelo número 192, a demanda do serviço de APH foi compartilhada, amenizando o serviço anteriormente prestado exclusivamente pelo CBMRR, pelo canal de emergência 193.

São estes fragmentos do tempo que nos remetem para a preservação da memória coletiva e identitária, permitindo preservar estes vínculos com o passado como elemento universal das sociedades humanas; poder-se-ia mesmo dizer que é por meio deste simbolismo que o homem ingressa na humanidade e reverbera seus elementos culturais.

3.3 Do Legado Emancipatório aos Desafios Futuros pós Cinquentenário

O debate sobre a origem e emancipação do CBMRR transita também por outros elementos, conforme os interesses “demasiado humanos”, mas que são dados, em alto grau, em função dos interesses de suas classes dirigentes e das políticas públicas. Visto que, efetivamente implantado o Estado de Roraima, em 5 de outubro de 1988, é quando a PMRR, já consolidada com efetivo originário do Ex-Território, realizou pela primeira vez um concurso público estadual para o cargo de Soldados do Quadro de Praças Combatentes Policial Militar (SD QPCM), possibilitando o ingresso da primeira turma no ano 2000 e posterior inclusão de três novas turmas (2001/2002/2003), deste feito,

foi oportunizado aos policiais militares (estaduais e federais)⁸, oriundos do quadro de recursos humanos da PMRR, a possibilidade de integrar o efetivo inicial do CBMRR⁹.

Assim, é válido destacar que em 2001 foi formulado o ato normativo que consolidou a condição emancipatória dos bombeiros por meio da Lei Complementar nº 52/2001 (Lei Orgânica do CBMRR) e pela Emenda Constitucional nº 11, de 19 de dezembro de 2001, que retificou o inciso II, do art. 175, da Constituição Estadual¹⁰, permitindo-nos inferir pelas aproximações teóricas aqui propostas, que essa nova acepção organizacional parte de um viés no qual a memória justifica a identidade, como já pontuado anteriormente nas abordagens de Candau (2011), ao considerarmos que após 26 anos integrada à estrutura da PMRR, ocorreu o ato emancipatório em 22 de janeiro de 2002, na sede do Governo do Estado de Roraima, com militares que puderam transpor das fileiras da PMRR para o novo quadro de combatentes do CBMRR.

A solenidade contou com a participação de aproximadamente 150 militares e um pelotão de bombeiros trajado com o novo uniforme da instituição emancipada, na cor caqui, que posteriormente foi

⁸ No Diário Oficial do Estado de Roraima (DOE/RR), nº 103, de 01 de junho de 2000, convoca 90 civis aprovados para ingresso no CFSD PM/2000 e após a conclusão foi publicado no BG nº 032, a Ata com a formação de 81 soldados para o Quadro de Praças Combatentes e 9 soldados para o Quadro de Praças Músicos, no qual, 13 soldados combatentes foram transferidos ao quadro do CBMRR. Em 2001, foi publicado no BG nº 202, a Ata de conclusão do CFSD PM/2001, onde ingressaram 185 militares, sendo que 25 destes foram transferidos ao quadro de bombeiros. No ano seguinte, dos 269 militares concludentes do CFSD PM/2002, apenas um soldado foi transferido para o quadro de bombeiros orgânicos, e no ano de 2003, os soldados concludentes do CFSD PM/2003, não puderam mais traspôr do quadro de praças da PMRR para o quadro de praças do CBMRR, tendo em vista a concretização emancipatória do CBMRR. Para o aprofundamento nessa questão, foram consultados os trabalhos de conclusão da Disciplina de Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar, do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos Combatentes do CBMRR (CAS BM/2023), que abordou sobre a realização do concurso público para o ingresso na carreira de praças combatentes da PMRR.

⁹ Art. 75. O quantitativo de Policiais Militares que poderão integrar o efetivo inicial do Corpo de Bombeiros Militar será, no máximo, de cento e sessenta homens. (LC nº 52/2001).

¹⁰ O desmembramento definitivamente foi publicado no DOE/RR nº 248, de 28 de dezembro de 2001, quando o CBMRR passa a ser concebido como uma instituição organizada segundo a hierarquia e a disciplina militares e subordinado ao Governador do Estado, competindo-lhe o cumprimento das atividades previstas no art. 176 da Constituição do Estado de Roraima.

descontinuado em solenidade simbólica de incineração, tendo em vista a revogação do Decreto nº 4542-E, de 30/01/2002, passando a vigorar um novo Regulamento de Uniformes, por meio do Decreto nº 15.119-E, corrido em 22 de fevereiro de 2013 (RORAIMA/2013).

Ainda por ocasião da solenidade, agora com autonomia administrativa, financeira e orçamentária consolidadas, o comandante da PMRR, coronel Arnóbio Venício Lima Bessa passou o comando do CBMRR ao coronel Edvaldo Cláudio Amaral, primeiro Comandante-Geral pós emancipação, nomeado a época pelo governador Neudo Ribeiro Campos.

Nesse ínterim, ocorreu o primeiro processo seletivo interno para o Quadro de Oficiais Combatentes Bombeiro Militar (QOCBM 2002), ofertado ao efetivo de militares oriundos da PMRR, proporcionando a formação de 9 aspirantes (seis homens e três mulheres), com formação nas academias do Corpo de Bombeiro Militar do Rio de Janeiro (CBMRJ) e do Corpo de Bombeiro Militar do Pará (CBMPA).

Com base no fato anterior, tão somente no ano de 2004 ocorreu o primeiro concurso público para o curso de formação de Soldados do Quadro de Praças Combatentes Bombeiro Militar (SD QPCBM), condição inicial para galgar ascensão funcional na carreira de praças da corporação. De início, 100 candidatos foram matriculados e concluíram a formação no mesmo ano e posteriormente, mais 100 aprovados remanescentes ingressaram na corporação numa segunda chamada, em 2008, somando-se assim as duas primeiras turmas de soldados estaduais.

Depreende-se que a partir de exemplos como este, destacamos a inauguração da sede do Quartel do Comando-Geral (QCG), que ocorreu em 28 de abril de 2009, com uma estrutura física ampla e independente das instalações da PMRR, localizada à Avenida Venezuela, nº 1271, no bairro Pricumã, e em 2022 a sede da corporação passou a ser denominada, *in memoriam*, Quartel do Comando Geral Coronel Jean Cláudio de Souza Hermógenes.

Ao analisarmos os arranjos institucionais, 10 (dez) anos após a solenidade de emancipação, ocorreu o primeiro concurso público para o quadro de oficiais realizado no próprio Estado de Roraima (2013), proporcionando a inclusão de 24 novos aspirantes à oficial ao quadro de combatentes já existentes na corporação. No mesmo ano, também

correu o segundo concurso público para provimento de vagas para soldados, ambos realizados nas dependências da Academia de Polícia Integrada Coronel Santiago (APICS) e no Centro de Ensino e Instrução de Bombeiros (CEIB), conforme publicações disponíveis nos DOE/RR¹¹.

Atualmente o CBMRR possui 8 postos de serviços com atendimento na capital e nos 14 (quatorze) municípios de Roraima, seu efetivo previsto em lei é fixado em 1.400 (um mil e quatrocentos) bombeiros militares (Lei nº 329, de 31 de dezembro de 2001) e atualmente a corporação conta com 506 (quinhentos e seis) militares, sendo 425 homens e 81 mulheres, e deste total, apenas 2 militares são federais, precursores do Ex-Território¹² e os demais 504, são militares estaduais, servidores públicos empossados mediante provimento em concurso público, conforme ilustrado na Tabela 2.

¹¹ Em 2004 ocorre o primeiro concurso público estadual para o provimento de vagas do CFSD/BM, formando a 1^a turma com o ingresso de 100 soldados (DOE. nº 240, de 24/12/2004), já a 2^a Turma foi realizada em 2008 e proporcionou a promoção de 100 novos soldados (DOE. nº 851, de 02/07/2008), ambas realizadas nas dependências do extinto Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima (ISSeC). No ano de 2013 ocorreu o segundo concurso público para o cargo de praças e possibilitou a formação de 207 soldados, referente a 3^a Turma CFSD/BM/2013, bem como, no mesmo ano, ocorreu o primeiro concurso público estadual para o Curso de Formação de Oficiais Combatentes, finalizado com a formação de 24 aspirantes (DOE nº 2143, de 23/10/2013). Tão somente no ano 2018, foi realizado e concluído a 4^a Turma do CFSD/BM, com a formação de 83 soldados, publicado no DOE nº 3150 de 02/01/2018 e conclusão da 2^a Turma de oficiais com a formação de 26 novos aspirantes, publicado no DOE nº 3184 de 22/02/2018, sendo todas as turmas de bombeiros militares estaduais oriundas dos concursos realizados em 2004 e 2013, que após a extinção do ISSeC, os cursos ficaram subordinadas à coordenação pedagógica da APICS e chancelados pela Universidade Estadual de Roraima (UERR). É oportuno destacar ainda, que após Decisão Judicial, respectivamente nos anos de 2016 e 2017, dois cadetes remanescentes do certame de 2013 concluíram o CFO/BM em outras unidades da federação, sendo um cadete formado na academia da Paraíba (CBMPB), publicado no DOE. Nº 2763 de 18/05/2016 e uma cadete formada na academia de Goiás (CBMGO), publicado no DOE. Nº 3104 de 19/10/2017. Para o aprofundamento nessa questão, foram consultados os trabalhos de conclusão da Disciplina de Identidade e Cultura da Organização Bombeiro Militar aplicada ao CAS BM/2025.1, que abordou sobre o ingresso dos bombeiros militares estaduais pós emancipação, conforme arquivos documentais disponibilizados pela Diretoria de Pessoal e Legislação (DPL/CBMRR).

¹² Os militares oriundos da Polícia Militar do Ex-Território Federal foram cedidos ao Estado de Roraima nos termos do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 5 de maio de 1991.

Tabela 2 – Publicação disponível em Boletim Geral nº 154/CBMRR/2025.

Distribuição do efetivo nas jurisdições do 1º e 2º BPABM/CBMRR		
OFICIAIS HOMENS	152	186
OFICIAIS MULHERES	34	
PRAÇAS HOMENS	273	320
PRAÇAS MULHERES	47	
Militares agregados/cedidos para outros Órgãos	73	
Efetivo de bombeiros por Municípios		
BOA VISTA	415	
CARACARAÍ	32	
RORAINÓPOLIS	32	
PACARAIMA	27	
TOTAL GERAL	506	

Fonte: BG Nº 154/CBMRR, de 21/08/2025. Elaborado: Major QOCBM Heldeliano Soares Arrais.

Além do QCG, sede da corporação, onde são operacionalizadas as tomadas de decisões sobre os eixos de execução do CBMRR, a instituição também dispõe de dois Batalhões de Proteção Ambiental Bombeiro Militar (1º e 2º BPABM), subordinados ao Comando Operacional da Capital e do Interior (COCI), setor responsável por demandar e gerir as operações emanadas das 9 Companhias de Bombeiros (CIA's) atualmente existentes no Estado de Roraima.

No perímetro urbano e rural da capital Boa Vista, o atendimento é executado por 4 CIA's, sendo a Companhia de Operações e Comunicação de Bombeiros (COCB), responsável pela regulação das chamadas de emergência e despachante das ocorrências de suporte básico de vida, pelo número telefônico 193, que é o canal de atendimento direto com população, tendo como primeiro comandante pós emancipação o então 1º Tenente Fernando Troster Rodrigues Alves e atualmente é comandada pela Capitã Karla Ticiany da Silva Pinheiro, com funcionamento no Centro Integrado de Comando e

Controle (CICC), localizada na Av. Via das Flores, no bairro Pricumã, com uma estrutura predial pertencente à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP/RR).

Além das competências específicas sobre o *staff* do comando da corporação, é valido destacar a existência das CIA's que iniciaram suas atividades ainda durante o período dos bombeiros orgânicos do CBPMRR¹³ e que atualmente possuem sede própria, considerando-se à exceção, a COCB que permanece integrada ao CICC/SESP, em Boa Vista, e as instalações da 3^a CIA/Pacaraima, que atualmente sua estrutura predial encontra-se em fase de construção e prevista para ser inaugurada nos próximos anos.

Ademais, todas as outras CIA's de bombeiros possuem sedes próprias e pertencem ao patrimônio imobiliário do CBMRR, dentre elas, destacamos a CBS, localizada no bairro Calungá, tendo como primeiro comandante pós emancipação o então 1º Tenente Germano Lopes da Silva Neto e atualmente é comandada pelo Capitão Patrick Max Souza da Costa; além da CEPH, sediada no QCG, tendo como primeiro comandante pós emancipação o então Capitão Carlito Garcia de Medeiros e atualmente é comandada pelo Tenente Riwston Pablo Lopes de Araújo; a CCI, localizada no bairro Cambará, com extensão de sua atuação no QCG e Aeroporto Internacional de Boa Vista por meio da SCI, tendo como primeiro comandante pós emancipação o então 1º Tenente Cidinei Lima da Silva e atualmente é comandada pelo Capitão André Luiz Souza França, sendo que todas as CIA's sediadas na capital estão subordinadas ao Comando do 1º BPABM.

No interior do Estado, o CBMRR possui representações no município de Caracaraí (Região Sul), por meio da 1^a CIA/2º BPABM, localizado no centro da cidade, cerca de 139 km da capital Boa Vista, onde antes, funcionou o antigo terminal rodoviário daquele município,

¹³ Consta nos registros internos DPL/CBMRR/2004, algumas das nomeações e exonerções em funções de Comando do CBMRR, conforme consta nos incisos I, V, VI e XII do Art. 1º da Portaria Nº 053/CBMRR, de 24 de novembro de 2004: Para a função de Comandante da Companhia de Emergência Pré-Hospitalar, o CAP QOABM Carlito Garcia de Medeiros; para a função de Comandante da Companhia de Combate a Incêndio, o 1º TEN QOCBM Cidinei Lima da Silva; para a função de Comandante da 1^a Companhia de Bombeiros Militares (Caracaraí), o 1º TEN QOCBM Francisco José Maia Fidélis; para a função de Comandante da Companhia de Busca e Salvamento, o 1º TEN QOABM Germano Lopes da Silva Neto.

tendo como comandante pós emancipação o então 1º Tenente Francisco José Maia Fidélis e atualmente é comandada pelo 1º Tenente Marcell Otávio Ribeiro dos Reis, sendo considerada a CIA mais antiga na historicidade do CBMRR, sendo transferido definitivamente para o CBMRR por meio da Lei Municipal nº 407/2004, sendo que, após a desafetação, o imóvel foi doado por meio do Decreto nº 046, de 18 de outubro de 2021¹⁴.

Ainda no prolongamento sentido Sul da BR 174, cerca de 260km de Boa Vista, encontra-se o município de Rorainópolis, sede da 2ª CIA/2º BPABM, que foi inaugurada em 14 de junho de 2014, e teve como primeiro comandante o então 2º Tenente Francisco de Assis Pereira. Atualmente o comandante é o 1º Tenente Eudes Valério e sua equipe atende todas as ocorrências de bombeiros nos municípios do extremo sul até os limítrofes com o Estado do Amazonas.

Já na extensão Norte da BR 174, está localizado o município de Pacaraima, cerca de 213km de Boa Vista e fronteira com a República Bolivariana da Venezuela, onde o CBMRR iniciou sua atuação por meio de um pelotão de bombeiros instalados no dia 12 de dezembro de 2014, tendo como sede provisória a 1ª Companhia Independente de Polícia Militar de Fronteira - Serra do Sol, que à época era comandada pelo então 1º Tenente Francisnildo da Silva Galvão e atualmente está sob o comando do Capitão Esteves Rosário da Silva, responsável por diligenciar e atender todas as ocorrências da região norte de Roraima e, no que couber, em apoio às demandas emergenciais emanadas do país vizinho – Venezuela.

Ainda sobre os fragmentos históricos de atuação do então CBPMRR, podemos considerar que estes pontos de referências voltados para a legitimação daqueles que estabelecem a consolidação diária no funcionamento da instituição, evidenciando que o “estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento.” (Le Goff, 1990, p. 368).

¹⁴ Consta nos registros internos da Diretoria de Controle Interno (DCI/CBMRR), conforme histórico da 1ª CIA/Caracarái, que os bombeiros atuam naquele município desde a década de 1980, inicialmente dentro das instalações da PMRR, tendo a ocupação definitivamente das instalações pelo CBMRR em 2004.

Durante seus 24 anos de emancipação da PMRR, a instituição esteve sob o comando dos Coronéis Edivaldo Cláudio Amaral (2001/2004), seguido do Coronel Paulo Sérgio Santos Ribeiro, oficial que permaneceu por mais tempo no comando da corporação (2004/2010). Na sequência, tem-se o Coronel Manoel Leocádio de Menezes (2010/2014), substituído pelo Coronel Alexon Sueide Rabelo Mamed, que permaneceu no comando por 9 meses do ano de 2014.

Considerando as recorrentes alterações socioeconômicas, políticas e culturais que corroboram para a definição do comando da corporação, há de se destacar que em 2015, o Coronel da Reserva Remunerada, Edivaldo Cláudio Amaral, foi revertido para o serviço ativo pela então governadora Suely Campos e tornou-se o primeiro comandante a ocupar por duas vezes a gestão da corporação. Quando em 2017, pela primeira vez à frente da corporação assume um oficial estadual, formado na academia do CBMPA, o Coronel Doriedson Silva Ribeiro, tendo como Subcomandante-Geral o Coronel Jean Cláudio de Souza Hermógenes.

Nessa perspectiva, as recentes e incisivas modificações estruturais passaram a ser mais expressivas na vigente e atual gestão da corporação, que permanece à frente do comando há 4 anos, por meio do Comandante-Geral, Coronel Anderson e Subcomandante-Geral, Coronel Gewrly, que tem como premissa a reestruturação do aspecto operacional e administrativo, na valorização de seus profissionais, com a captação de recursos para suprir as necessidades pertinentes à modernização, aprimoramento técnico-profissional, saúde e bem-estar dos bombeiros militares para o cumprimento da missão institucional e imanente do CBMRR¹⁵.

Ao estabelecer esse tecido memorial, principalmente considerando os anais da história, destacamos ainda que anualmente, em 2 de julho, é comemorado o Dia Nacional do Bombeiro Militar, uma deferência a

¹⁵ Destaca-se a consolidação do Fundo da Amazônia nas ações do CBMRR, além da captação de recursos que ocorrem por meio de diversas dispositivos, como o Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP/RR), a celebração de convênios e outras parcerias, tais como o Decreto nº 25.114-E, de 24 de abril de 2018, referente ao Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (FREBOM), o Termo de Convênio nº 0003-CI/2014/0006 com a OACI, dentre outros acordos institucionais em prol da sociedade roraimense.

criação do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte no Brasil Império¹⁶, que em Roraima esta data também faz parte do calendário de promoções do CBMRR, que é realizado anualmente em 22 de março, em alusão ao dia mundial da água, em 02 de julho, em referência ao dia do bombeiro brasileiro e em 19 de dezembro, em comemoração ao aniversário de emancipação do CBMRR. Bem como, no âmbito estadual, é celebrado o Dia do Veterano, comemorado anualmente em 26 de novembro, instituído através da Lei nº 1.507/2021¹⁷.

Nesse sentido, as narrativas da trajetória do CBMRR e suas diversas ambientações e situações retratadas pela história em construção, tornaram-se os elementos fundantes que justificam a presente pesquisa e, sobretudo, para estruturar-se de forma atuante e eficaz é necessário e imperativo a existência de um Centro Cultural adequado para a promoção das manifestações culturais e da memória coletiva dos bombeiros, tais como um espaço físico para rememorar os bens materiais e imateriais, como destaca Abreu (2009) em “Memória e Patrimônio”, nos quais a noção dessa diversidade cultural tende a se tornar identitária pela construção de heterogeneidades e possibilitam promover o envolvimento do tecido social com a participação da população nas ações da corporação, conforme disposto no art. 23, da Lei Orgânica do CBMRR:

[...]

O Centro Cultural tem a seguinte estrutura:

- I - a Seção Administrativa;
- II - o Museu do Corpo de Bombeiro Militar; e;
- III - a Banda de Música.

¹⁶ Em 2 de Julho de 1856, pelo Decreto Imperial nº 1.775, foi criado o Corpo de Bombeiros Provisório da Corte e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 2.587, de 30 de abril de 1860. (FAZENDA. 2011, p. 297).

¹⁷ A Lei nº 1.507, de 23 de setembro de 2021, define veterano os policiais e bombeiros militares da reserva e os reformados. A data é celebrada anualmente em 26 de novembro com formatura militar, bem como, os militares da reserva e os reformados são solicitados a participar com um grupamento de veteranos no desfile de 7 de setembro.

Por fim cabe destacar que o patrimônio representativo do CBMRR é também fruto de uma escolha que ocorre por meio de políticas públicas específicas, promovidas pela corporação e o Estado na elaboração de legislações que assegurem o reconhecimento e registro de bens que possam ser tombados como patrimônio histórico (material e imaterial). Essa escolha, pode-se dizer, também é feita a partir daquilo que os bombeiros militares consideram ser mais relevante e representativo da sua identidade, da sua história, da sua memória cultural, ou seja, são os valores, os significados atribuídos pelas pessoas aos objetos, lugares ou práticas culturais que os tornam patrimônio de uma coletividade (Iphan, 2025, n.p).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças pelas quais o CBMRR passou, da sua origem à emancipação, são fenômenos inerentes ao progresso e desenvolvimento da cidade, que por muito carecem de estudos que adentrem ao seu processo histórico e que sejam possíveis de serem reverberados de forma mais dinâmica e instigadora sobre os saberes tradicionais de sua constituição. A busca pela origem do lema “vida alheias e riquezas salvar” está ancorado na temática da memória, identidade e patrimônio histórico cultural do CBMRR, que nos revelam a velocidade como se configura o espaço urbano, independente das nuances e variáveis na área de atuação dos bombeiros militares, requerendo da própria corporação e de seus integrantes a preservação desses saberes, uma vez que esta lacuna é evidenciada pelo processo de dilapidação do patrimônio público, que compreende as manifestações que representam sistemas culturais preservados nas instituições da memória, tais como os bens materiais e imateriais, nos quais a noção de diversidade cultural tende a se tornar identitária pela construção de heterogeneidades e possibilitando emergir também o conceito de humanidade.

No viés dessa dinâmica pautada para as ações no futuro que se instigam as tentativas de acompanhar este fenômeno e propor alternativas para além da simples contemplação nostálgica, que possam corroborar de certa maneira, para o processo de registro e reconhecimento do patrimônio histórico e identitário, com vista a possibilitar a criação do Centro Cultural e do Museu do CBMRR.

A austeridade deste processo próprio do crescimento urbano revela um conjunto considerável e representativo de uma época,

e o jubileu de ouro a ser comemorado em 26 de novembro de 2025 é constituído de múltiplas facetas projetadas com características próprias, frutos da expressiva atividade do salvaguardar vidas, que em Roraima encontrou guarida nos idos de 1975.

Portanto, ao se debruçar sobre os fragmentos do tempo, acredita-se que as atividades dos bombeiros sempre se notabilizaram por oferecerem uma diversificada gama de serviços e variáveis junto à sociedade roraimense e que, neste escopo documental, pode-se manifestar em um tecido memorial representativo e identitário do cinquentenário do CBMRR.

A missão institucional do CBMRR sempre foi servir à sociedade com as mais variadas atividades de coordenação e execução de ações de defesa civil, prevenção, combate e perícias de incêndio, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar, estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens, atuando diretamente no suporte à vida e na incolumidade das pessoas, bem como, promover, através do Centro Cultural, as atividades socioculturais, particularmente as relacionadas à preservação da memória institucional, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento do Estado de Roraima.

Por este caminho, o presente artigo evidencia a necessidade de investimento em políticas públicas, principalmente referentes à promoção da conservação do patrimônio público, histórico-cultural e, pretensamente, pensar o CBMRR e integrá-lo a um só corpo social, como fonte de pesquisa entre o passado e o presente, além de promover a preservação da memória institucional.

5 REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Orgs.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2^a Ed. Rio de Janeiro 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022: informação e documentação - artigo em publicação periódica técnica e/ou científica - apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.
- ARRAIS, Heldeliano Soares. **O Monumento ao Garimpeiro e a construção da memória de Boa Vista**. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) UFRR. Boa Vista: RR, 2022.
- BATISTA, D. L. **Guarda Territorial: Instituição de Segurança Pública e de Trabalho Social no Território de Rio Branco/Roraima entre 1944**

e 1974. Monografia do Curso de Graduação em História da UFRR. Boa Vista. RR, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Decreto nº. 1.775, de 2 de Julho de 1856.** Dá Regulamento para o serviço de Extinção dos incêndios. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 302, 1856.

BRASIL. **Decreto nº. 79.108, de 11 de janeiro de 1977.** Estabelece e regulamenta a Lei nº 6.270, de 26 de novembro de 1975, que criou as Polícias Militares dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, parte 2, p. 228, 1860.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acessado em 30 de maio de 2025.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1949.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em 30 de maio de 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 1924; tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FAZENDA, José Vieira. **Antinqualhas e memórias do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora (DHE). Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 2011. v. 3.

FONSECA, Junior; CORRÊA, Wilson. Análise de conteúdo. In: **DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.)** **Métodos e Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades possíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, n. 53, p. 12-23, jun. 2007.

PIZZAN, Luciana *et al.* A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, 2012.

RORAIMA. Constituição (1991). **Constituição do Estado de Roraima**. Boa Vista, RR de 31 de dezembro de 1991.

RORAIMA. Decreto nº 13, de 04 de setembro de 1978, **atribui ao CBPMRR a competência para a realização de perícia em locais de incêndio e explosões no âmbito do Território Federal de Roraima**. Boletim Interno nº 168 CBMPMRR, de 5 de set. de 1978.

RORAIMA. Decreto nº 15.119-E, **Regulamenta o uso de Uniformes do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (RUCBM/RR) e revoga o Decreto nº 4542-E, de 30 de janeiro de 2002**. Boletim Geral CBMRR, 22 de fev. de 2013.

RORAIMA. Decreto nº 25.114-E, **Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (FREBOM)**. Diário Oficial de Roraima, 24 de abr. de 2018.

RORAIMA. Lei Complementar nº 194. **Estatuto dos Militares do Estado de Roraima**. Diário Oficial de Roraima, 13 de fev. 2012.

RORAIMA. Lei Complementar nº 052. **Lei Orgânica do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima**. Diário Oficial de Roraima, 19 de dez. 2001.

RORAIMA. Lei nº 407, municipal de Caracaraí: **Autoriza o poder municipal a fazer doação de imóvel ao Corpo de Bombeiro Militar de Roraima**. Diário Oficial do Município de Caracaraí, 18 de ago. 2004.

RORAIMA. Lei Complementar nº 257. **Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001; e a Lei Complementar nº 219, de 09 de dezembro 2013 e dá outras providências**. Diário Oficial de Roraima, 24 de jul. 2017.

RORAIMA. Lei nº 319, **Fixa o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima (CBMRR), e dá outras providências**. Diário Oficial de Roraima, 31 de dez 2001.

RORAIMA. Lei nº 1.507, **Dispõe sobre a instituição do Dia do Veterano Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado de Roraima**. Diário Oficial de Roraima, 23 de dez. 2021.

RORAIMA. Revista da PMRR: **Forte São Joaquim**. 2^a Ed. 2025, p.5. RR, 2025.